

Notas e informações**O novo "café-com-leite"**

Os que elaboraram o texto da reforma tributária embutida no Projeto B — vale dizer, aqueles constituintes que perderam sono e massa cinzenta para conciliar os reclamos da Federação com as necessidades da União — seguramente não imaginavam que todo seu esforço seria aproveitado para a mais rasteira das lutas políticas. Os deputados José Serra e Francisco Dornelles poderiam imaginar tudo, ao discutir a proposta de reforma tributária que acabou triunfante, não, porém, que ela serviria de pretexto para que os senhores Newton Cardoso e Ulysses Guimarães intentassem sabotar os esforços do presidente José Sarney no sentido de conciliar a perda de receita da União com a impostergável necessidade de não emitir moeda, ou lançar títulos da dívida pública para compensar aquilo que se retirará, a partir de 1989 (se a Constituição for aprovada a tempo), das receitas líquidas da União. Em outras palavras, não supunham que a reforma tributária pudesse servir a uma luta política cujo resultado será a hiperinflação — se ela for decidida em favor dos governadores de Estado. Entre parêntesis, convém lembrar que o presidente acrescenta ao conturbado clima do momento uma pitada de terrorismo financeiro, ao anunciar publicamente que a União não mais terá dinheiro para socorrer qualquer pobre município assolado pelas secas ou destruído pelas inundações...

O encontro que o presidente da Assembléia Nacional Constituinte manteve na fazenda "Rio Rancho" com o governador de Minas Gerais — a convite deste — teve por objetivo primacial destruir a Operação Desmonte, com a qual o chefe da Nação pretende transferir para Estados e Municípios os serviços federais até agora realizados com as verbas que lhes serão destinadas, a partir da promulgação da nova Carta. O princípio que norteia a reação do presidente

Sarney é correto: quem tem dinheiro faz; se a União recebia x para fazer y , e deixará de receber, é justo e racional que aquele que vier a ser contemplado com essa importância execute o trabalho.

Ao governador mineiro não interessam racionalidades desse tipo. Sua declaração, ao fim da reunião que consagrou a união de Minas com São Paulo (imaginem-se, a política do "café-com-leite" reeditada por Newton Cardoso e Ulysses Guimarães!!!), bem espelha a altitude em que se coloca para ajuizar assuntos de Estado: "Nós, os governadores, fizemos um brutal esforço para mudar a ordem econômica, nadamos muito e morremos na praia". Bela declaração, que desnuda a artimanha articulada por detrás do palavrório da defesa do princípio federativo e da redistribuição de receitas tributárias: os governadores querem ficar com o dinheiro, pelo menos em 1989 (a eleição de governador será em 1990), para gastar como bem entenderem e não para prestar nos Estados, com funcionalismo pago pelo tesouro estadual, os serviços até agora feitos pela União. Em outras palavras, querem o dinheiro, o poder que vem com ele, mas não os encargos e as responsabilidades. Político hábil, o deputado Ulysses Guimarães, que anda perseguindo a supressão do parágrafo 5º do artigo, 59 do Projeto B (aquele que proíbe sua reeleição para presidente da Câmara e substituto do presidente Sarney), não se fez de rogado e prometeu tudo aos governadores: "O que não quero é frustrar a reforma tributária e vou verificar se ainda temos, na Constituinte, poderes para modificar o que está proposto". Tudo indica que tais poderes não existem, mas isso não impede s. exa. de silenciar diante da observação terrorista, esta sim, na melhor acepção do termo, do seu anfitrião: "Basta o Congresso não aprovar a proposta de orçamento para 1989".

Se os tempos fossem mais tensos do que são, dir-se-ia que Newton Cardoso e Ulysses Guimarães estão conspirando para jogar o Brasil na hiperinflação ou na ingovernabilidade de que tanto fala o presidente José Sarney: se a Carta for aprovada — como nisso se empenha o presidente da Assembléia Nacional Constituinte — e rejeitado o orçamento enviado pelo Executivo, que ocorrerá? Situação jurídica das mais curiosas. A menos que os "poderes" do sr. Ulysses Guimarães mudem tudo para salvar a reforma tributária, entre a promulgação da Constituição e a aprovação do orçamento (ou melhor dizendo, seu envio ao Congresso), deverá ser votada lei complementar, na hipótese de a Carta ser promulgada breve. Esta é que disporá sobre "o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a tramitação legislativa, a elaboração e a organização do plano plurianual da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual", além de estabelecer normas "de gestão financeira e patrimonial, da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos". É fácil imaginar a espetacularidade da batalha judicial a ser travada em torno de uma proposta orçamentária feita com base em uma lei que não foi votada! Batalha essa que se tornará ainda mais épica se o Congresso, trabalhado pelos governadores que não querem morrer na praia, vier a rejeitar o orçamento. Em tese, deveria o sr. José Sarney governar com o orçamento do ano anterior — que obriga a União a manter serviços para os quais não terá receitas...

O objetivo da nova política do "café-com-leite" só pode ser o de transformar o Brasil num país de fato ingovernável. Ou será que em troca do apoio aos governadores, a quem lança salva-vidas, o sr. Ulysses Guimarães quer reeleger-se mais uma vez presidente da Câmara dos Deputados e depois candidatar-se à Presidência da República?